

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.547.935 - PR (2019/0213664-9)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : EXPERT-LOG AGENCIAMENTO DE CARGAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA
AGRAVANTE : SERVICE APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL - EIRELI
AGRAVANTE : EXPERT-SEG CORRETORA DE SEGUROS TODOS OS RAMOS LTDA
AGRAVANTE : TARGET ELECTRONICS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
AGRAVANTE : MR-LOG TRANSPORTES E AGENCIAMENTO DE CARGAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA
AGRAVANTE : GLOBAL TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
AGRAVANTE : RASP ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES - EIRELI
AGRAVANTE : EXPERT-TRAVEL OPERADORA DE TURISMO LTDA - ME
AGRAVANTE : MR INVESTIMENTOS LTDA
AGRAVANTE : EXPERT TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
AGRAVANTE : RODRIGO ANTONIO SOUZA PACHECO
ADVOGADOS : AMAURI SILVA TORRES - PR019895
FERNANDA CAROLINA SCHLOGEL DE FREITAS - PR063584
ROLAND DOS SANTOS OMENA - PR084778
GUILHERME MARTELLI MOREIRA - PR097091
AGRAVADO : RHD SERVICOS CONTABEIS SS
ADVOGADO : RICARDO MAGNO QUADROS - PR037002

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por EXPERT-LOG AGENCIAMENTO DE CARGAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA. E OUTROS contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULOS DE CRÉDITO C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL OCORRIDA EM JULHO DE 2012 – NÃO ACOLHIMENTO. NOTIFICAÇÃO ENVIADA EM AGOSTO DO MESMO ANO – PRESUNÇÃO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ATÉ O AGENDAMENTO DE AUDIÊNCIA PARA TRANSFERÊNCIA DOS LIVROS E REGISTROS CONTÁBEIS PERANTE O SINDICATO – AUSÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO – IRRELEVÂNCIA – TERMO FINAL DA OBRIGAÇÃO DOS AUTORES EM PAGAR PELOS SERVIÇOS DA RÉ. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO" (e-STJ fl. 1300).

No recurso especial, alega-se violação do art. 489, II, do Código de Processo Civil de 2015, ao fundamento de que o acórdão é nulo por deficiência de fundamentação.

Com as contrarrazões, foi negado seguimento ao recurso especial, dando ensejo

à interposição do presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

No que se refere à ofensa ao art. 489, II, do CPC/2015, verifica-se que a matéria versada no dispositivo apontado como violado no recurso especial não foi objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e não foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de sanar omissão porventura existente. Por esse motivo, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 282/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"*.

Sobre o tema:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PREQUESTIONAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 282/STF. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ALCANCE DAS PARCELAS VENCIDAS ANTERIORMENTE AO QUINQUÊNIO QUE PRECEDE O AJUIZAMENTO DA AÇÃO.

- 1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.*
- 2. O acórdão recorrido que adota a orientação firmada pela jurisprudência do STJ não merece reforma.*
- 3. Agravo interno não provido"* (AgInt no AREsp 1.097.857/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 10/11/2017 - grifou-se).

Ademais, verifica-se que o Tribunal de origem indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese, como se vê do seguinte trecho:

"(...)

A fim de corroborar a tese de que os serviços teriam sido encerrados em 31.07.2012, os recorrentes colacionaram datado de 07.08.2012 – igualmente reproduzido em outras ocasiões -, e-mail abaixo transcrito (mov. 1.20):

'A RHD Consultores SS Ltda. A/C: José Cesar Justechechen Prezado Senhor: Conforme inúmeras tentativas de acordo notificamos através deste e-mail que a partir de 01 de agosto de 2012 os trabalhos de contabilidade, folha de pagamento e demais obrigações fiscais serão elaboradas internamente por nossa empresa, logo necessitaremos de vossos serviços até o mês de referência julho de 2012. Atenciosamente'.

No dia seguinte, 08.08.2012, os autores enviaram notificação com AR, a fim de reafirmar sua intenção pela rescisão (mov. 1.21/1.23). Contudo, em que pesem tais manifestações, o contrato firmado entre as partes possui a seguinte disposição (mov. 94.7/94.16):

'5.2 Ocorrendo a transferência dos serviços para outra Empresa Contábil, a CONTRATANTE deverá informar ao CONTRATADO, por escrito, seu nome, endereço, nome do responsável e número junto ao Conselho Regional de Contabilidade, sem o que não será possível ao CONTRATADO cumprir as formalidades ético-profissionais, inclusive a transmissão de dados e informações necessárias à continuidade dos serviços as quais, diante da eventual inércia da CONTRATANTE, estará desobrigada de cumprimento.'

Desta forma, a fim de encerrar a responsabilidade da empresa requerida, seria necessária a entrega dos livros contábeis e demais registros perante o órgão sindical, o que foi agendado para 10.09.2012 (mov. 94.39).

Através de declaração emitida em 17.09.2012 pelo próprio Sindicato dos Contabilistas de Curitiba, verifica-se que a intermediação não foi possível, em razão da ausência do Sr. José César Justechechen, responsável pela entrega da documentação (mov. 1.25). Corroborando tal fato, tem-se a notificação extrajudicial enviada pelos autores, na data de 09.11.2012, solicitando a retirada dos documentos com a movimentação financeira e fiscal (mov. 94.6).

Contudo, faz-se necessário o pagamento pelos serviços efetivamente prestados até 10.09.2017, ocasião em que fora agendada audiência perante o Sindicato, e são estes que são objeto de cobrança, conforme se infere dos documentos juntados nos autos (mov. 94.27/94.38 e 97.3/97.8). Tais serviços se referem, principalmente, a balanços, encadernações e registros de livros contábeis, realizados até a data acima referida, necessários à regular transferência de responsabilidade pelos serviços contábeis ao novo contador" (e-STJ fls. 1302/1303).

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão do recorrente.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DANOS MATERIAIS. BENFEITORIAS EM IMÓVEL. EFEITO SUSPENSIVO. REQUISITOS. AUSÊNCIA. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS MODIFICATIVOS. POSSIBILIDADE.

1. A atribuição de efeito suspensivo a recurso especial está circunscrita à presença cumulativa dos requisitos da plausibilidade do direito invocado e no perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, que não se fazem presentes na hipótese.

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. É possível a atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração quando a alteração da decisão surgir como consequência lógica da correção da omissão, contradição ou obscuridade.

4. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 1.070.607/RN, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 25/8/2017 - grifou-se).

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em R\$ 8.000,00 (oito mil reais) (fls. 1176 e 1303), os quais devem ser majorados para o patamar de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator